

CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO

CNPJ nº 33.050.071/0001-58

NIRE nº 3330005494-4

Companhia Aberta

**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração,
realizada em 15 de fevereiro de 2005.**

1. Data, hora e local:

No dia 15 de fevereiro de 2005, às 10:30 horas, na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, 01 - Niterói, RJ.

2. Presenças:

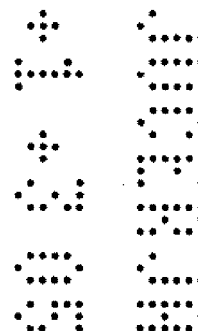
A maioria dos membros efetivos do Conselho de Administração, Srs. Antônio Fernando Melo Martins da Costa (Presidente do Conselho), Marcelo Andrés Llavenes Rebolledo, Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro, Antonio Basílio Pires e Albuquerque e Francisco Carlos Pereira Coelho.

3. Convocação e Ordem do Dia

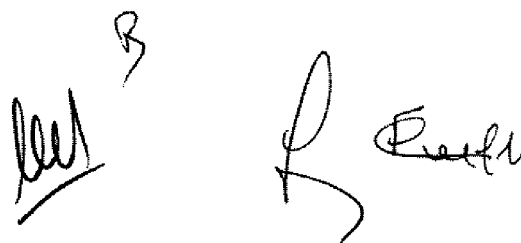
Os Srs. Conselheiros foram regularmente convocados, na forma estatutária, para deliberar, com base no §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76") e §1º do artigo 22 do Estatuto Social, sobre as condições da 3ª emissão pública de debêntures simples, no montante total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de janeiro de 2005 e que está sujeita a aprovação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

4. Deliberações tomadas pela unanimidade dos presentes

Nos termos da Assembléia Geral Extraordinária de 20 de janeiro de 2005, que aprovou a 3ª emissão pública de 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal"), em duas séries, no montante total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Debêntures"), a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação ("3ª Emissão"), os Srs. Conselheiros, com base no §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76 e no §1º do artigo 22 do Estatuto Social, aprovaram as seguintes condições da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia:



TER Nº 53/2005 59/21



A. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de março de 2005 ("Data de Emissão").

B. Certificados. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.

C. Prazo e Data de Vencimento. O prazo das Debêntures da 1ª Série é de 3 (três) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de março de 2008. O prazo das Debêntures da 2ª Série é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de março de 2010 (cada data, uma "Data de Vencimento").

D. Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

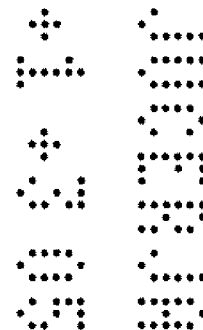
E. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração incidente sobre o Valor Nominal, equivalente à taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de *spread*, a ser definido em processo de *bookbuilding*.

A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo que a última data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

F. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus a remuneração incidente sobre o Valor Nominal equivalente à variação do número índice do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa fixa ao ano, a ser definida em processo de *bookbuilding* ("*Spread*"), calculada por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, calculada em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

Os montantes correspondentes à Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: (i) variação do IGP-M: juntamente com o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, que deverá ocorrer na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série; e (ii) *Spread*: anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo que a última data de pagamento do *Spread* das Debêntures 2ª Série deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

G. Amortização e Pagamento do Principal. As Debêntures serão amortizadas em uma única parcela nas suas respectivas Datas de Vencimento.




H. Aquisição Facultativa e Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. Não haverá resgate antecipado das Debêntures da 3ª Emissão.

I. Vencimento Antecipado. Observado o disposto abaixo, o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, assim como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da escritura de emissão, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

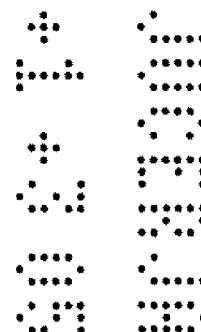
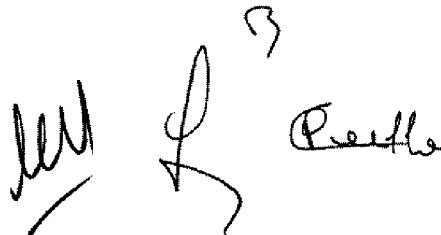
(i) pedido de concordata, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento da mesma natureza, da Companhia e/ou de seus controladores diretos ou indiretos;

(ii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se (1) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de sua ocorrência, for comprovado pela Companhia que o protesto foi indevidamente efetuado, ou o protesto for susinado ou cancelado, ou (2) tais protestos referirem-se à ausência de pagamentos de compras de energia e encargos do sistema, objeto de discussão legítima junto a órgãos reguladores e/ou na esfera judicial;

(iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Companhia de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se tal vencimento antecipado for sanado em até 2 (dois) dias úteis a partir do momento de sua ocorrência;

(iv) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda ou cessão do controle acionário direto ou indireto da Companhia, na forma em que tal controle está atualmente organizado, não se estendendo tal hipótese às operações de transferência ou alienação de ações entre sociedades do mesmo grupo econômico, desde que o controle indireto e final da Companhia permaneça o mesmo;

(v) fusão envolvendo a Companhia ou a sua cisão ou a sua incorporação, exceto (1) na hipótese contemplada no item "M" abaixo; ou (2) se a operação for previamente aprovada pelos Debenturistas, nos termos previstos no "caput" do artigo 231 da Lei nº 6.404/76, ou for garantido aos Debenturistas o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;

(vi) intervenção na concessão de serviço público do qual a Companhia é titular, extinção ou qualquer outra forma de limitação da totalidade ou de parcela relevante da concessão ou perda pela Companhia da referida concessão;

(vii) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 3ª Emissão;

(viii) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à 3ª Emissão assumida na escritura de emissão ou no contrato de distribuição das Debêntures celebrado para a 3ª Emissão que não seja sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento pela Companhia de notificação enviada pelo agente fiduciário relativamente a tal descumprimento;

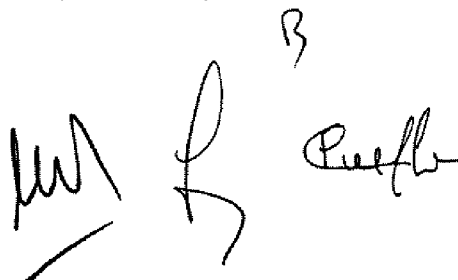
(ix) pagamento aos acionistas da Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Companhia estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 27, § 1º, inciso III do Estatuto Social da Companhia;

(x) pagamento, antes de 06 de outubro de 2008, de principal e/ou juros dos passivos da Companhia perante a Enersis Internacional contraídos antes da Data de Emissão e enquanto contabilizados como passivos nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que no período compreendido entre 06 de outubro de 2008 e a data de vencimento final das Debêntures, apenas poderão ser pagos principal e/ou juros referentes a tais passivos se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1) o pagamento referente a tais passivos seja em montante igual ou inferior ao valor do crédito devido pela Companhia contra a Enersis Internacional, conforme apurado na data em que tal pagamento for realizado e (2) a Enersis Internacional pague previamente à Companhia a dívida por ela devida à Companhia, em montante no mínimo igual ao valor do pagamento feito pela Companhia nos termos desta alínea (x);

(xi) redução de capital da Companhia e/ou recompra pela Companhia de suas próprias ações, exceto (i) na hipótese de redução de capital decorrente de cisão prevista no item "M" abaixo, ou (ii) se previamente autorizada pelos debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei nº 6.404/76;

(xii) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados e revisados trimestralmente por auditores independentes da Companhia, com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da Companhia (consolidadas *pro forma* com as demonstrações financeiras da Cerj Overseas Inc., enquanto esta for subsidiária integral da Companhia) relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro e os trimestres então findos, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

(1) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2,9.



Onde:

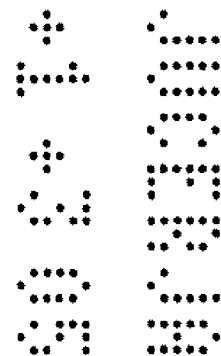
"Dívida Financeira" significa o saldo de dívidas bancárias, incluindo (a) empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou agências multilaterais, (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos funcionários da Companhia (não considerando para fins desta definição o cálculo atuarial), (c) saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos), (d) dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, (e) dívida com as Debêntures e demais debêntures da Companhia em circulação, e (f) mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Companhia (líquidos dos mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Companhia). Excluem-se do conceito de Dívida Financeira (a) os empréstimos relativos à RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária, (b) os empréstimos relativos à CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" e energia livre e (c) o resultado líquido de ativo e passivo da operação de derivativo proveniente da nota de negociação nº 01G09424 (24 de julho de 2001) do Anexo I do Instrumento Particular de Contrato de "Swap" e Outras Avenças celebrado com o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão em 16 de fevereiro de 2000 ; e


"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Companhia, relativo a um período de doze meses calculado nos termos do *caput* da alínea (xii) deste item "I", antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação e amortização, definição esta na forma usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros.

(2) O índice obtido da divisão do EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras (conforme definidos abaixo) não deverá ser inferior a 2,3.

Onde:

"Despesas Financeiras" significam as despesas financeiras relativas a um período de doze meses calculado nos termos do *caput* da alínea (xii) deste item "I", efetivamente desembolsadas pela Companhia, definidas como (a) juros relativos a dívidas bancárias (incluindo juros devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), (b) juros pagos ao fundo de pensão, (c) parcela com impacto no caixa ("parcela caixa") da variação monetária e cambial de juros e principal das modalidades de dívida referidas nos itens (a) a (g) da presente definição, (d) juros pagos às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, (e) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional, (f) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Companhia (líquidos de receitas financeiras recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo da Companhia), bem como (g) o valor efetivamente desembolsado pela Companhia referente a passivos de



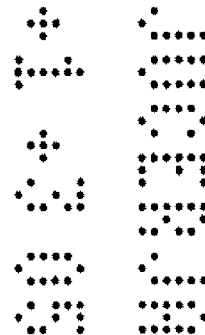
  

operações de derivativos (líquido dos valores efetivamente recebidos pela Companhia referentes a ativos de operações com derivativos). Excluem-se do conceito de Despesas Financeiras: (a) os juros efetivamente desembolsados por conta dos empréstimos relativos à RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária, (b) os juros efetivamente desembolsados por conta dos empréstimos relativos à CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A", (c) as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no caixa, mas apenas registro contábil), e (d) o valor eventualmente acrescido às despesas financeiras do período e efetivamente pago em decorrência do resultado líquido de ativo e passivo da operação de derivativo proveniente da nota de negociação nº 01G09424 (24 de julho de 2001) do Anexo I do Instrumento Particular de Contrato de "Swap" e Outras Avenças celebrado com o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 16 de fevereiro de 2000.

(3) O índice obtido da divisão da Dívida de Curto Prazo (conforme definida abaixo) pelo EBITDA (conforme definido acima) não deverá ser superior a 1,5.

Onde:

"Dívida de Curto Prazo" significa (a) o saldo de dívidas bancárias de curto prazo, acrescido (b) da parcela corrente das dívidas de longo prazo (incluindo parcela corrente das Debêntures, demais debêntures da Companhia em circulação e parcelas devidas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), (c) da parcela corrente das obrigações com fundo de pensão, (não considerando para fins desta definição o cálculo atuarial), (d) do saldo líquido de operações de derivativos (passivo menos ativo de operações de derivativos) registrado no curto prazo, (e) da parcela corrente da dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, (f) da parcela corrente dos mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Companhia (líquidos da parcela corrente dos mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Companhia). Excluem-se do conceito de Dívida de Curto Prazo (a) a parcela corrente dos empréstimos relativos à RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária, (b) a parcela corrente dos empréstimos relativos à CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A", conforme definido pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e energia livre, (c) o saldo do passivo (líquido da parcela corrente do saldo do ativo) da operação de derivativo proveniente da nota de negociação nº 01G09424 (24 de julho de 2001) do Anexo I do Instrumento Particular de Contrato de "Swap" e Outras Avenças celebrado com o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 16 de fevereiro de 2000, e (d) a eventual parcela corrente de juros e principal referente aos passivos da Companhia perante a Enersis Internacional, contraidos antes da Data de Emissão.



(xiii) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;

(xiv) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Companhia na escritura de emissão e no contrato de



distribuição, ou de qualquer informação constante do prospecto da 3ª Emissão que afete adversamente as Debêntures;

(xv) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Companhia, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no prazo estipulado para pagamento;

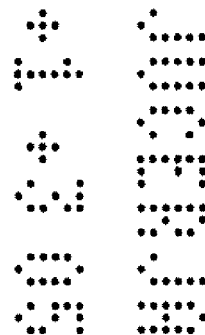
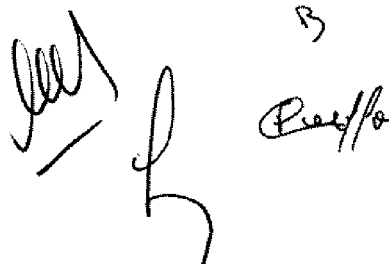
(xvi) não pagamento de qualquer obrigação financeira da Companhia (excetuadas dívidas da Companhia com sociedades pertencentes a seu grupo econômico) de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se tal inadimplemento for sanado (incluindo, sem limitação, eventual repactuação do débito) em até 2 (dois) dias úteis a partir do momento de sua ocorrência.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (xiii) e (xvi) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item "I" acima, quais sejam, as alíneas (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiv) e (xv), o agente fiduciário deverá convocar assembleia de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Após a realização da assembleia de debenturistas ou caso não haja deliberação em assembleia de debenturistas, inclusive por não instalação desta, o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, a menos que, após a realização de tal assembleia de debenturistas, debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

J. Local do Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP - Câmara de Liquidação e Custódia ("CETIP"), para as Debêntures registradas no Sistema Nacional de Debêntures; (ii) os procedimentos adotados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLIC"), para as Debêntures registradas nos sistemas de negociação BOVESPAFIX e SOMAFIX ou, no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas, (iii) pelo banco mandatário, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos debenturistas.

K. Encargos Moratórios. Ocorrendo impropriedade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (i) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (iii) incidência da Remuneração (conforme definida acima), calculada

pro rata temporis, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia.

L. Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do (i) Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo a subscrição liquidada pela CETIP e (ii) Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo, sendo a liquidação realizada por meio da CBLC. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 3ª Emissão, com expressa anuência da Companhia, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e demais administradores de recursos de terceiros.

M. Desverticalização. Sem prejuízo do disposto nas alíneas (v) e (xi) do item “I” acima, a Companhia poderá realizar qualquer operação de cisão, fusão e/ou incorporação para implementar o processo de desverticalização da Emissora exigido pela Lei nº 10.848/04 (“Desverticalização”), desde que atenda, cumulativamente, as seguintes condições:

(i) a Companhia tenha obtido autorização e consentimento da ANEEL, do BNDES e outras instituições financeiras cujos contratos celebrados com a Companhia, bem como dos acionistas da Companhia, para a implementação da Desverticalização;

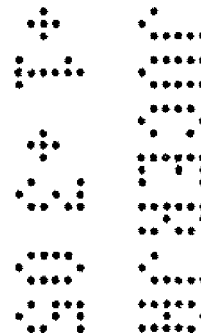
(ii) nenhum evento de vencimento antecipado previsto no item “I” esteja em curso;

(iii) a Desverticalização ocorra no âmbito da Lei 10.848/04;

(iv) o patrimônio líquido não-consolidado da Companhia, após a realização da Desverticalização, não seja reduzido em mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido contabilizado no balanço patrimonial não-consolidado e auditado da Companhia de 30 de setembro de 2004;

(v) em decorrência da Desverticalização, sejam transferidos do ativo imobilizado da Companhia o investimento por ela detido na Investluz S.A. e eventuais ativos pela Companhia detidos na data em que ocorrer a Desverticalização, relacionados à atividade de geração de energia elétrica;

(vi) enquanto as Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série não tiverem sido integralmente amortizadas, sejam mantidos na Companhia os ativos operacionais diretamente relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/96 celebrado pela Companhia e pela União, em 09 de dezembro de 1996; e



[Handwritten signatures and initials]


(vii) enquanto as Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série não tiverem sido integralmente amortizadas, a Companhia seja responsável pelo pagamento da remuneração, principal e outras despesas eventualmente devidas aos Debenturistas da 1ª Série e da 2ª Série.

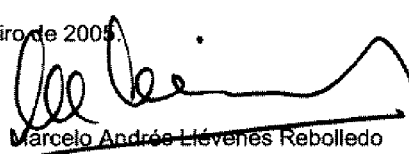
Para os fins do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a aquisição das Debêntures da 1ª Série e/ou Debêntures da 2ª Série acarretará a imediata aprovação, por parte de tal adquirente, de qualquer operação de cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia que observe, cumulativamente, as condições estabelecidas nesse item "M". Dessa maneira, na hipótese de tal operação, não será realizada assembleia especial de debenturistas para a sua aprovação prévia, nem tampouco será exigido o resgate de debêntures por parte da Companhia, de que tratam o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e o seu parágrafo primeiro.

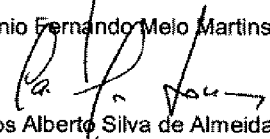
5. Encerramento


Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

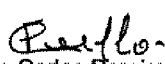
Niterói, 15 de fevereiro de 2005.


 Antônio Fernando Melo Martins da Costa


 Marcelo André Llovenes Rebolledo


 Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro


 Antonio Basilio Pires e Albuquerque


 Francisco Carlos Pereira Coelho

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CERJ COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Nire: 33.3.0005494-4
 Protocolo: 00-2005/025949-0 - 28/02/2005
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/03/2005. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
 E DATA ABAIXO.

00001501948
 DATA: 01/03/2005

Valéria G. M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL